

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - GESTÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO BIGUAÇU  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ORIENTAR AS FINANÇAS PESSOAIS VISANDO MENOR DESEMBOLSO NA  
DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA: UM ESTUDO DE CASO**

OLAVO COELHO ARANTES

BIGUAÇU  
2007

OLAVO COELHO ARANTES

**ORIENTAR AS FINANÇAS PESSOAIS VISANDO MENOR DESEMBOLSO NA  
DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Itajaí, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri.

**BIGUAÇU**

2007

OLAVO COELHO ARANTES

**ORIENTAR AS FINANÇAS PESSOAIS VISANDO MENOR DESEMBOLSO NA  
DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA: UM ESTUDO DE  
CASO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Itajaí e aprovada pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Biguaçu, 04 de julho de 2007

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri  
(Orientador)

Prof<sup>a</sup>. Josane Mara Maciel  
(Membro de Banca)

Prof. Francisco Eugênio Pereira  
(Membro de Banca)

“A vida não é sobre procura de você mesmo,  
vida é sobre a criação de você mesmo.”

(Anônimo)

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço, especialmente, a minha avó Gilda, a quem sempre me apóia, me incentiva e acredita e no meu potencial e capacidade.**

**Agradeço também aos meus pais Christianne e Olavo a quem também sempre me deram força e me o apoio necessário as minha tomadas de decisões.**

**A todos os meus familiares aos quais tenho um carinho todo especial.**

**Aos amigos de verdade Emanuele, Larissa, Ludmila, Elisa, Diego, José, Alexandro, Julio e Ivan que sempre estão presentes tanto nos momentos de alegria quanto nos momentos de tristeza. E aos novos amigos de verdade que chegam com uma imensa responsabilidade Tangriane, Alessandra e Rafael.**

**A todos os meus professores do curso com quem aprendi muito, em especial ao meu orientador Sérgio, a quem me deu muita força e apoio nesta reta final.**

**A todos os amigos de trabalho diário com o quais convivo a maior parte do meu dia-a-dia.**

**E a todos os demais amigos, colegas e conhecidos que de alguma maneira fazem parte da minha vida.**

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal mostrar como a ferramenta de planejamento tributário pode ser utilizada pelas entidades pessoa física ou familiar. Como ocorre com as empresas privadas na busca por um desembolso menor nas suas obrigações, para isso utilizar-se exclusivamente das ferramentas lícitas para esse propósito. Neste estudo de caso foi abordado o planejamento tributário para com o Imposto de Renda Pessoa Física, onde foram levantados os principais pontos em que se permite utilizar as deduções conforme o Decreto Lei 3000/99 e as Leis 9250/95 e 11482/07, que regulamentam a declaração da pessoa física. Foram utilizados como objetos de estudo dois casais considerados de classe média. Na aplicação prática procura-se mostrar por meio da projeção de um fluxo de caixa os efeitos que as deduções podem trazer em benefício das entidades no desembolso.

**Palavras-Chaves:** Planejamento Familiar. Planejamento Tributário. Finanças pessoais.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TABELA PROGRESSIVA DO IRPF.....	25
QUADRO 2 – FONTES DE RECEBIMENTO CASAL 1 .....	43
QUADRO 3 – RELAÇÃO DE PAGAMENTO E DOAÇÕES DO CASAL 1 .....	43
QUADRO 4 – RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO CASAL 1 .....	43
QUADRO 5 – RELAÇÃO DE ÔNUS OU DIVIDAS DO CASAL 1 .....	44
QUADRO 6 – FONTES DE RECEBIMENTO CASAL 2 .....	44
QUADRO 7 – RELAÇÃO DE DEPENDENTES DO CASAL 2.....	44
QUADRO 8 – RELAÇÃO DE PAGAMENTO E DOAÇÕES DO CASAL 2 .....	45
QUADRO 9 – RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO CASAL 2 .....	45
QUADRO 10 – FLUXO DE CAIXA PROJETADO DO CASAL 1 .....	47
QUADRO 11 – FLUXO DE CAIXA PROJETADO DO CASAL 2 .....	47
QUADRO 12 - COMPARATIVO DECLARAÇÃO MARIDO CASAL 1 .....	49
QUADRO 13 - COMPARATIVO DECLARAÇÃO MARIDO CASAL 2 .....	49
QUADRO 14 – VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	51

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA .....	11
1.2	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....	12
1.3	OBJETIVOS .....	12
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>13</b>
1.4	SUPOSIÇÕES OU HIPÓTESES .....	13
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	14
<b>2</b>	<b>CONTABILIDADE.....</b>	<b>15</b>
2.1	ENTIDADES .....	15
2.2	FINALIDADES .....	16
2.3	IMPORTÂNCIA .....	17
2.4	APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE .....	18
<b>2.4.1</b>	<b>Contabilidade pública.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Contabilidade privada.....</b>	<b>20</b>
2.5	MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO.....	21
2.6	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO .....	22
<b>2.6.1</b>	<b>Elisão .....</b>	<b>23</b>
<b>2.6.2</b>	<b>Evasão .....</b>	<b>23</b>
2.7	REGULAMENTO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF .....	24
<b>2.7.1</b>	<b>Rendimentos no IRPF .....</b>	<b>25</b>
<b>2.7.2</b>	<b>Deduções no IRPF.....</b>	<b>26</b>
<b>2.7.3</b>	<b>Prestação de informações .....</b>	<b>27</b>



<b>2.7.4</b>	<b>Movimentação Específicas .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>PLANEJAMENTO FINANCEIRO .....</b>	<b>29</b>
3.1	CONCEITO.....	29
3.2	IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	30
3.3	OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	31
3.4	FLUXO DE CAIXA PROJETADO .....	31
3.5	PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR .....	32
<b>3.5.1</b>	<b>Objetivos da entidade pessoa física ou doméstica .....</b>	<b>33</b>
<b>3.5.2</b>	<b>Finanças Pessoais .....</b>	<b>33</b>
<b>3.5.3</b>	<b>Modelos de Planejamento Familiar .....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>36</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	36
4.2	ESTUDO DE CASO .....	38
4.3	UNIDADE DE ANÁLISE.....	39
<b>4.3.1</b>	<b>Caracterização da Entidade .....</b>	<b>39</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Instrumentos.....</b>	<b>40</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>40</b>
<b>5</b>	<b>APLICAÇÃO PRÁTICA.....</b>	<b>42</b>
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	42
<b>5.1.1</b>	<b>Casal 1 .....</b>	<b>42</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Casal 2 .....</b>	<b>44</b>
5.2	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO .....	46
<b>5.2.1</b>	<b>Casal 1 .....</b>	<b>46</b>

<b>5.2.2 Casal 2 .....</b>	<b>47</b>
5.3 ANÁLISE DE RESULTADOS .....	48
5.4 VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	50
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
6.1 GENERALIDADES.....	52
6.2 QUANTO AO ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS.....	52
6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	53
6.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	54
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos dos cidadãos comuns não tem o menor controle sobre os seus gastos. Utilizam os seus recursos de maneira desordenada, sem um planejamento prévio para as suas despesas, como por exemplo: contas de água, luz, telefone, aluguel, entre outras, e utilizam esses valores para compra de outros itens de necessidade duvidosa. Devido a esta falta de estruturação, pode vir a surgir grandes problemas de ordem financeira, como o caso das pessoas tem que se utilizar de recursos de terceiros para poder quitar as dívidas que consomem os recursos advindos do seu salário.

Segundo Pereira (2003), as pessoas com estilo *gastador* corresponde a 55% dos brasileiros das grandes metrópoles. E que devido a falta de instrução financeira e as facilidades de crédito os *gastadores* tem se tornado *devedores compulsivos*.

O jornal O Dia, mostra que em novembro de 2004 os empréstimos com desconto em folha de pagamento (em consignação) chegaram ao volume de R\$ 11,75 bilhões. E desde janeiro do mesmo ano houve um crescimento de 89% nesta modalidade.

No final dos anos noventa, o tema das finanças pessoais começa a ganhar mais força. Saindo da era do “gasta enquanto tem” para uma nova estrutura mais planejada, incorporando muitos conceitos e ferramentas já bastante difundidas nas empresas, como por exemplo: previsão orçamentária e fluxo de caixa.

A prova disso está no grande numero de publicações que vem surgindo a cada dia, onde procuram ensinar ao cidadão comum as ferramentas e os benefícios que a nova abordagem financeira podem trazer à sua vida. Entre esses lançamentos podemos destacar: Keefe (1997), Pereira (2003), Silva (2005), Nasajon (2003), LeBouf (2002), Frankenberg (1999), Luquet (2007)

Apesar de o livro mais antigo e famoso neste assunto ter sido lançado em 1926, pelo escritor Clason intitulado “O homem mais rico da Babilônia”. Foi a partir do ano 2000 com o lançamento de “Pai rico, Pai pobre” escrito por Kiyosaki e Lechter

que fez surgirem vários títulos relacionados à saúde e à educação financeira pessoal.

Essa nova abordagem da educação financeira possibilita uma nova postura que contribui para o fortalecimento da saúde financeira dos seus usuários.

De acordo com Silva (2005, p.8), essa nova abordagem não deve se limitar apenas a definição de uma planilha de gastos e a identificação dos verdadeiros ralos por onde escoam os rendimentos. Mas, também, estabelecer um processo de corte de gastos, análise dos hábitos de compra e investimento, assim como não esquecer de planejar sua aposentadoria e previdência privada.

O indivíduo com educação financeira desenvolve autonomia, deixa de ter sua vida comandada por impulsos e revelias do destino, passando a controlar melhor as suas decisões o ambiente que o cerca.

De acordo com Pereira (2003), assumir a vida é como pilotar. Se você tem carro e motorista, ele é o piloto e pode levá-lo aonde quiser (destino). Mas se você é o piloto, então muda tudo.

## 1.1 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Considerando, as constantes modificações na legislação tributária brasileira, introduzidas freqüentemente por meio de decretos, instruções normativas, medidas provisórias e outras alterações na lei, o planejamento tributário torna-se fundamental para as pessoas físicas gerenciando por meio da gestão de finanças pessoais.

O trabalho se justifica por meio das dificuldades as quais as pessoas possuem de realizar todo ano a sua Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Necessitando recorrer aos inúmeros comprovantes de pagamentos, recebimentos, extratos entre outros documentos. O que pode acabar gerando falta de

documentação que permita ao indivíduo fazer os lançamentos corretamente das despesas se aproveitando com isso das deduções permitidas pela Receita Federal.

## 1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A proposta deste trabalho é verificar a relevância de se gerenciar as finanças pessoais fazendo com que se tenha o menor desembolso possível (legal) na declaração de ajuste anual. Assim, pretende-se responder ao seguinte questionamento:

- Que etapas e instrumentos são necessários e, ou podem ser utilizados para compor uma metodologia de orientação para elaboração e administração do orçamento familiar?

## 1.3 OBJETIVOS

Com a realização desta pesquisa, busca-se responder o problema de pesquisa formulado anteriormente por meio dos seguintes objetivos propostos:

### 1.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver um procedimento de orientação para elaboração da declaração do imposto de renda pessoa física – DIRPF.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as ferramentas para previsão orçamentária e fluxo de caixa;
- Desenvolver coleta preliminar em campo das informações;
- Propor uma sistematização de organização e fluxo ou controle orçamentário;
- Aplicar em um estudo de caso real;
- Identificar vantagens e desvantagens.

### 1.4 SUPOSIÇÕES OU HIPÓTESES

Por se tratar de um estudo de caso, optou-se pela antecipação de uma suposição, fundamentada em material bibliográfico existente e pesquisado, visando à tentativa de confirmar as propostas de soluções.

- Sendo assim, supõe-se que, as pessoas físicas ao gerirem suas finanças pessoais podem sim ter um menor desembolso na sua declaração de ajuste anual de imposto de renda e assim proporcionar uma maior utilização de seus recursos.
- A criação de um procedimento (ferramentas) de execução da atividade pode gerar muito trabalho inviabilizando o controle pela própria entidade (pessoa física). Gerando a necessidade de se desenvolver um programa (banco de dados) específico para facilitar a inserção dos dados e realizar a extração de relatórios.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em 6 capítulos no qual julgou-se mais apropriado para apresentação e aprofundamento do tema de pesquisa.

O capítulo 1 apresenta a justificativa e relevância do crescente interesse pelo tema, além de apresentar a definição do problema que deu origem ao estudo de caso, bem como os objetivos e as hipóteses da pesquisa e organização.

O capítulo 2 evidencia a contabilidade como ciência, suas finalidades, seus objetivos e características, sua evolução e seu papel na contabilidade atual, Apresenta a legislação do imposto de renda para ajuste na pessoa física. E de que forma o planejamento tributário pode auxiliar a pessoa física frente a declaração de ajuste de imposto de renda de pessoa física apresentada anualmente.

O capítulo 3 evidencia a planejamento financeiro como meio de organizar-se e desta forma pagar menos tributos, no caso da pessoa física seria o Imposto de Renda de Pessoa Física.

O capítulo 4 apresenta à abordagem metodológica proposta nesta pesquisa para realização da pesquisa e aplicação por meio de um estudo de caso.

O capítulo 5 é apresentado o estudo de caso ou aplicação do presente trabalho, segundo as definições já explicitadas nos capítulos anteriores.

Finalmente, no capítulo 6 são apresentadas as considerações finais referente aos resultados dos estudos realizados, bem como suas limitações e recomendações para futuros trabalhos.

## 2 CONTABILIDADE

A contabilidade tem como objeto de estudo o Patrimônio. “O controle é feito através de coleta, armazenamento e processamento das informações oriundas dos fatos que alteram essa massa patrimonial” (Padoveze, p. 35 2000).

A seguir conceitua-se o que se entende por entidades perante as ciências contábeis.

### 2.1 ENTIDADES

Nesta seção conceitua-se a entidade como sendo ou enquadramentos para as pessoas físicas e jurídicas.

Iudícibus e Marion (2002, p. 56) afirmam que:

É importante salientar que entidade, para a Contabilidade, pode ser pessoa jurídica ou física. Os acompanhamentos das variações do patrimônio de uma grande sociedade por ações de capital aberto merece interesse por parte da Contabilidade, da mesma forma que o patrimônio individual de um de seus sócios. A entidade pode ser privada ou pública, de finalidades lucrativas ou não. A entidade pode ser, em certas circunstâncias, contabilmente, uma consolidação de patrimônios de outras entidades individuais, bem como uma divisão (uma parte) de uma ou outra entidade multidivisional.

A entidade pode ser tanto pessoa física ou pessoa jurídica, para Marion (p.25, 1998):

considera-se pessoa, juridicamente falando, todo ser capaz de direitos e obrigações” Marion (p.25,1998). E ainda define que “pessoa física é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo (sem qualquer exceção). A existência da pessoa física termina com a morte.

Padoveze (2000, p.35) ainda define “contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”.

O patrimônio das entidades é formado pelos Bens, Direitos e Obrigações. “Os bens e direitos, por serem, desejáveis, são considerados elementos patrimoniais positivos; as obrigações, por serem de caráter restritivo, serão



consideradas elementos patrimoniais negativos” (Padoveze p.37, 2000) O resultado desta equação é o Patrimônio Líquido.

Por intermédio da Contabilidade, pode-se ter o controle e o conhecimento detalhado do estado em que se encontra nosso patrimônio e acompanhar sua evolução em uma determinada empresa. A seguir apresentam-se as finalidades da contabilidade.

## 2.2 FINALIDADES

A finalidade da contabilidade está alicerçada em registrar e controlar as alterações ocorridas no patrimônio das entidades.

Para Araújo (2005) As finalidades fundamentais da Contabilidade referem-se à orientação da administração das empresas no exercício de suas funções. Portanto a Contabilidade é o controle e o planejamento de toda e qualquer entidade sócio-econômica.

Ribeiro (p.34, 1999) define que:

A principal finalidade da Contabilidade é permitir a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca da entidade.

As informações de natureza econômica compreendem, principalmente os fluxos de receita e despesas, que geram lucros ou prejuízos, e as variações no patrimônio da entidade.

As informações da natureza financeira abrangem principalmente os fluxos de caixa e do capital de giro.

Para Franco (p.22, 1996) a contabilidade além de servir para contar a história da entidade por meio da sua vida econômica. Ela tem sua como sua principal finalidade a de “fornecer informações e orientações de caráter econômico-financeiro” para que os administradores possam tomar decisões.

## 2.3 IMPORTÂNCIA

Em posse das informações fornecidas pela contabilidade os colaboradores sejam eles internos ou externos podem ter uma visão de como a entidade esta se comportando, por meio dos indicadores gerados a partir dos relatórios contábeis.

Esses indicadores de desempenho tem diferentes relevâncias ou importância pra tipos diferentes interessados.

Já Araújo (2005), define o que venha ser controle e planejamento.

Controle: a administração através das informações contábeis, via relatórios pode certificar-se na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas determinados.

Planejamento: a informação contábil, principalmente no que se refere ao estabelecimento de padrões e ao inter-relacionamento da contabilidade e os planos orçamentários, é de grande utilidade no planejamento empresarial, ou seja, no processo de decisão sobre que curso de ação deverá ser tomado para o futuro.

Para Franco (1996, p.22) a importância da Contabilidade é:

Controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, através do registro da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos nele ocorridos, objetivando fornecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico e decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Pode-se concluir então que a importância da contabilidade é registrar alterações (registros, medições, análise e controles) ocorridas no patrimônio propiciando informações para o processo de tomada de decisões conforme (Franco (1996 e 1997) e Araújo (2005)) e como mostra a Figura 1.

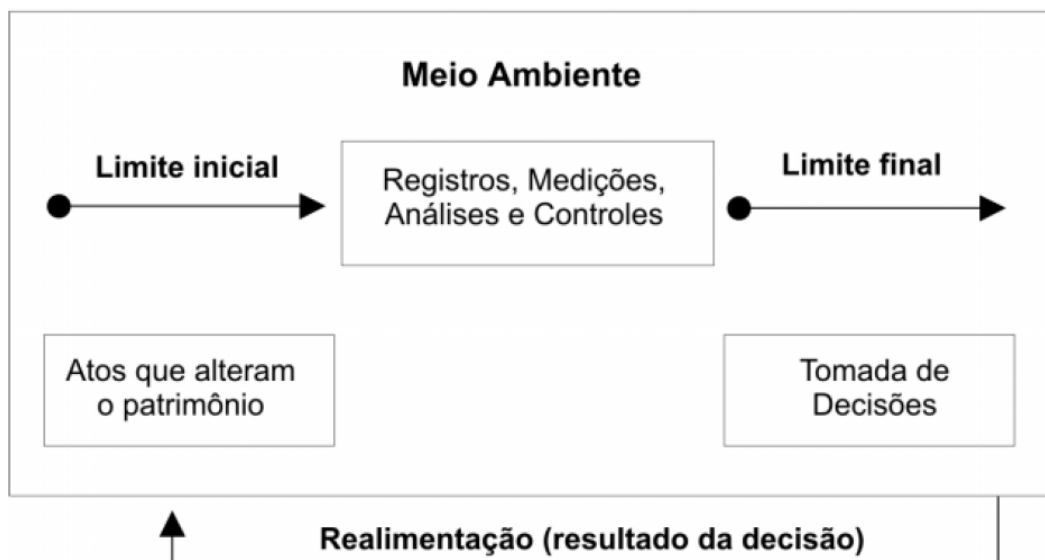


FIGURA 1 - LIMITES DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Fonte: Faculdades Bom Jesus (2002, p. 32)

Conforme Pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação CVM nº. 29/86, a Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

A seguir apresenta-se a aplicação da contabilidade propriamente dita.

## 2.4 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade pode ser dividida em dois grandes grupos: a pública e a privada. A seguir apresenta-se os tipos e suas definições.

### 2.4.1 Contabilidade pública

A contabilidade pública é um dos mais complexos ramos da contabilidade. Sua atuação vai além do registro dos atos e fatos da Fazenda Pública. Além do Patrimônio e suas variações, ocupa-se também dos registros de todos os fatos relacionados ao orçamento, desde a previsão da receita, fixação da despesa e suas efetivas arrecadação e execução, respectivamente.

A esse respeito, Kohama (2003, p. 47) refere que:

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas:

- a) Sistema Orçamentário;
- b) Sistema Financeiro;
- c) Sistema Patrimonial; e
- d) Sistema de Compensação.

Uma definição extraída da Lei 4.320, complementa o entendimento:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

A contabilidade Pública, segundo Orrú (1991, p.20): “É a contabilidade a serviço das entidades ligas à administração pública, direta ou indireta. Os governos federal estadual e municipal, as autarquias e as empresas públicas fazem uso desta contabilidade.”

Portanto, a sistematização da contabilidade pública se inicia com a Lei 4.320/64 e se complementa com a Constituição Federal de 1988, a qual introduziu nas finanças públicas a sistematização orçamentária, impondo a todos os entes da federação, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o Plano Plurianual, a Lei de diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

## 2.4.2 Contabilidade privada.

Nesta seção apresenta-se os tipos de contabilidade privada bem como a sua definição conforme Portal da Contabilidade (2007) e Miranda (2007), definem assim os tipos de contabilidades privadas.

Contabilidade Privada: ocupa-se do estudo e registro dos fatos administrativos das pessoas de direito privado, tanto as físicas quanto as jurídicas, além da representação gráfica de seus patrimônios, dividindo-se em civil e comercial.

Contabilidade Civil: é exercida pelas pessoas que não têm como objetivo final o lucro, mas sim o instituto da sobrevivência ou bem-estar social. Divide-se em:

Contabilidade Doméstica: exercida pelas pessoas físicas em geral, individualmente ou em grupo.

Contabilidade Social: usada pelas pessoas que têm como objetivo final o bem-estar social da comunidade, tais como: clubes, associações de caridade, sindicatos, igrejas, etc.

Contabilidade Comercial: é exercida pelas pessoas que exploram atividades que tem como objetivo o lucro. Ramifica-se em:

Contabilidade Mercantil: usada por pessoas com objetivo social de compra e venda direta de mercadorias. Ex: Supermercados, sapataria e açougues.

Contabilidade Industrial: exercida por pessoas que têm como objetivo social a produção de bens de capitais ou de consumo, através do beneficiamento ou da transformação de matérias-primas, do plantio, da criação ou extração de riquezas. Ex: Indústria de móveis, pecuária, agricultura.

Contabilidade de Serviços: é usada pelas pessoas que têm como objetivo social a prestação de serviços. Ex: Estabelecimento de ensino, telecomunicações e clínicas médicas.

Observa-se que é possível realizar a contabilidade de pessoas físicas, o que ocorre é que não é usual, muito menos fazer um planejamento ou organizar-se para pagar menos imposto quando do ajuste da declaração.

A seguir apresenta-se os métodos de escrituração aplicáveis as entidades em geral.

## 2.5 MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO

A contabilidade tem por objeto principal o patrimônio, seja este de entidades públicas ou privadas (Pessoas Jurídicas e Físicas), por isso deverá obedecer a algumas exigências legais, como os Princípios e as Convenções Contábeis. Conforme a Resolução CFC nº. 750/93 (CFC, 1995), os Princípios Fundamentais de Contabilidade são:

- **Entidade:** que reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial;
- **Continuidade:** está relacionado com a vida definida ou provável da entidade;
- **Oportunidade:** refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações;
- **Registro pelo valor Original:** afirma que todos os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações, expressos em valor presente na moeda do País;
- **Atualização Monetária:** admite um ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais;
- **Competência:** estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, independentemente do recebimento ou pagamento;
- **Prudência:** determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

As Convenções contábeis representam um complemento dos Princípios, delimitando conceitos, atribuições e direções no trato de problemas contábeis. São elas: a Objetividade, a Materialidade, o Conservadorismo e a Consistência.

Então conclui-se que escriturações contábeis podem ser feitas obedecendo ao regime de competência e não o de caixa, apesar da legislação do Imposto de Renda assim aceitar. No regime de competência as receitas, despesas e o custo são registrados no momento que elas ocorrem. No de caixa acontece no momento em que há a entrada ou saída de transações (dinheiro, mercadorias, pagamentos de contas do passivo, entre outras).

## 2.6 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário consiste em um conjunto de medidas contínuas que visam a economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese do fisco alterar as regras fiscais. Quando se trabalha o planejamento tributário, busca-se, por meio da ação do tributarista, promover o menor impacto possível no fluxo de caixa da empresa.

Segundo Fabretti (2000, p. 30) “o planejamento tributário é preventivo (antes da ocorrência do fato gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade”.

Latorraca (1980, p. 23) define planejamento tributário como sendo a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis.

O planejamento é elaborado buscando na lei, alternativas para redução da carga tributária. Para isso, o contador com uma ótima assessoria jurídica promove o planejamento adequado, pois cumpre as exigências da lei, evitando assim uma evasão fiscal. Por esse motivo é necessário muitas vezes que o planejamento seja executado por pessoas com formação diferente, como o contador, o advogado e o administrador, principalmente porque o planejamento tributário tem grande importância nas decisões da empresa e para garantir um bom retorno do capital investido e competir num mercado globalizado.

Observa-se que agora será feito uma breve conceituação de Elisão Fiscal e Evasão fiscal a fim de entender a diferença entre elas.

### **2.6.1 Elisão**

Quando se realiza um planejamento tributário, de acordo com o que a lei determina, possibilitando a redução de tributos ou alíquotas obtém-se uma elisão fiscal.

Fabretti (2001, p.126) diz que “A economia tributária resultante da adoção da alternativa legal menos onerosa ou de lacuna da lei denomina-se Elisão Fiscal”.

Segundo Cassone (1999, p.187) e elisão fiscal “expressa uma não-incidência tributária legalmente admitida ou uma tributação reduzida”.

A Elisão Fiscal pode-se chamar de economia legal ou planejamento tributário, e que pode ser definida como todo procedimento lícito antes da ocorrência do fato gerador com objetivo de eliminar, postergar ou reduzir o montante devido da obrigação tributária.

### **2.6.2 Evasão**

A Evasão é também conhecida como sonegação fiscal. Ocorre quando se utiliza procedimentos ilícitos para redução do ônus tributários.

Oliveira (2005, p. 170) conceitua evasão fiscal “como toda e qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento de obrigação tributária. Pode ser definida ainda como a fuga do cumprimento da obrigação tributária já existente, a tentativa de sua eliminação por forma ilícita”.

Segundo Fabretti (2001, p.127) “A Evasão Fiscal ao contrário da Elisão,



consiste em prática contrária a lei. Geralmente é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la”.

A seguir, apresenta-se a fundamentação legal para a declaração de ajuste anual de imposto de renda pessoa física, conforme o RIR (Decreto-Lei 3000/1999).

## 2.7 REGULAMENTO DE IMPOSTO DE RENDA PESSAO FÍSICA - IRPF

O regulamento do Imposto de Renda Pessoa Física (Decreto-Lei 3000/1999) tem como base nortear os contribuintes pessoa física sobre como proceder na sua declaração anual. Todo ano as pessoas devem realizar a declaração do IRPF.

Existem de acordo com o Decreto-Lei 3000/99 três tipos de declaração do IRPF, são elas:

- a) Isento: São as pessoas que não atingiram os rendimentos mínimos, conforme quadro abaixo de rendimentos tributáveis. Não tem participação em empresas ou não possuam um patrimônio de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
- b) Simplificada: conforme a Lei 11.482/07:

O contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que substituirá todas as deduções admitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% (vinte por cento) do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, independentemente do montante desses rendimentos, dispensadas a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie, limitada a:

I - R\$ 11.669,72 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2007;

- c) Completa: Esta forma permite que as pessoas físicas façam uso das despesas dedutíveis, porém necessitam prová-las.

Segue abaixo um quadro dos valores e percentuais das alíquotas de

retenção para a declaração do Imposto de Renda 2007 de acordo com Lei 11.482/07.

Base de Calculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 15.764,28	-	-
De 15.764,29 até 31.501,44	15	2.364,60
Acima de 31.501,45	27,5	6.302,28

QUADRO 1 – TABELA PROGRESSIVA DO IRPF

Fonte: Lei 11.482/07

### 2.7.1 Rendimentos no IRPF

Nesta seção apresenta-se as classificações de rendimentos que são levados em conta quando do ajuste do imposto de renda pessoa física, conforme o Decreto-Lei 3000/99:

- **Rendimentos tributados recebidos de pessoa jurídica:** São os rendimentos recebidos por empresas, podendo ser privada ou pública, normalmente está diretamente ligados a contraprestação de serviços e venda de ativos, o mesmo acontece pode acontecer com os dependentes do titular na declaração do IR;
- **Rendimentos tributados recebidos de pessoa física:** São os rendimentos recebidos por pessoas físicas, normalmente está diretamente ligados a contraprestação de serviços e venda de ativos, o mesmo acontece pode acontecer com os dependentes do titular na declaração do IR;
- **Rendimentos sujeitos a tributação exclusiva ou definitiva:** São rendimentos que possuem uma fórmula de cálculo específica para ser tributada;

A seguir apresenta-se o que se considera dedutível na declaração de ajuste anual da pessoa física.

## 2.7.2 Deduções no IRPF

Nesta seção apresentam-se as classificações de deduções que são levados em conta quando do ajuste do imposto de renda pessoa física:

- **Imposto pago:** É o imposto pago no decorrer do ano, seja por meio de retenção ou de pagamento mensal;
- **Dependentes:** De acordo com a Lei 9250/95 art. 35 são considerados dependentes:

I - o cônjuge;

II - o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de cinco anos, ou por período menor se da união resultou filho;

III - a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

IV - o menor pobre, até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

- **Doações efetuadas:** Conforme o art. 102 do Decreto 3000/99 descreve qual a doação é permitida para a pessoa física:

(...) poderão ser deduzidas as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 9.250, de 1995, art. 12, inciso I)..

A seguir apresenta-se o que considera-se apenas como dados informativos de verificação para Secretaria da Receita Federal na declaração de ajuste anual da pessoa física.

### 2.7.3 Prestação de informações

Nesta seção apresentam-se as informações que devem ser levadas em conta quando do ajuste do imposto de renda pessoa física:

- **Bens e direitos:** Os bens são “tudo que pode ser avaliado economicamente e que satisfaça necessidades humanas” (Portal de Contabilidade, 2007). Direitos são “valores a serem recebidos de terceiros, por vendas a prazo ou valores de nossa propriedade que se encontram em posse de terceiros.” (Portal de Contabilidade, 2007);
- **Dívidas ou Ônus reais:** É a existência de um passivo para com terceiros, sejam eles instituições financeiras, governo.
- **Informações do Cônjuge:** São as informações referentes ao marido, a esposa, ou companheiro a mais de 5 anos;
- **Espólio:** “É o conjunto de bens, direitos, rendimentos e obrigações da pessoa falecida (*de cujus*)”. (Receita Federal, 2007);
- **Doações a partidos políticos, comitês financeiros:** São quantias doadas para campanhas eleitorais, ou pessoas físicas que concorram a cargo publico ou a comitês financeiros.

A seguir apresenta-se o que considera-se ocorrências inesperadas ou de pouca movimentação na declaração de ajuste anual da pessoa física.

#### 2.7.4 Movimentação Específicas

Nesta seção apresenta-se as classificações de movimentações específicas, tais como atividade rural, ganhos de capital, ganhos com moedas estrangeiras e rendas variáveis que são levados em conta quando do ajuste do imposto de renda pessoa física:

- **Atividade Rural:** É a extração e a exploração vegetal e animal como agricultura, pecuária, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais;
- **Ganhos de Capital:** É a receita auferida por meio de aplicações financeiras, venda de ativos;
- **Moeda Estrangeira:** É a moeda corrente de outros países como, por exemplo: dólar americano (US \$), Libra esterlina (£ \$);
- **Renda Variável:** Cujo valor não é constante todos os meses, pode ser sazonal;

No próximo capítulo apresenta-se o que se entende por planejamento financeiro, buscando o planejamento financeiro familiar.

### **3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO**

Um dos processos administrativos mais importantes é o planejamento, pois ele é o primeiro passo para a estruturação de uma atividade. Seguido da ação, para executar o planejado e o controle para comparar o que está sendo feito com o planejamento.

#### **3.1 CONCEITO**

De acordo com o Dicionário Aurélio (1999), planejamento é o “processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações visando à consecução de determinados objetivos.”

Planejamento financeiro é entendido por Gropelli e Nikbakht (2001, p. 364): “é o processo de estimar a quantia necessária de financiamento para continuar as operações de uma companhia e de decidir quando e como a necessidade de fundos seria financiada”.

Eid Junior e Garcia (2002, p. 6) afirmam que: “para a maioria das pessoas, não é fácil antecipar os problemas, assim como buscar ordenadamente os objetivos. Deixamos tudo para a última hora e resolvemos os problemas quando eles acontecem. E poucas vezes alcançamos nossos sonhos”.

Observa-se que tanto a empresa, como a entidade familiar, deve atentar-se em conhecer com clareza sua necessidade de financiamento, para que obtenha recursos suficientes para o pagamento de seus compromissos e evitar assim que a entidade depreze-se em um determinado período com a situação de insuficiência de caixa para o cumprimento de suas obrigações, pois um bom planejamento financeiro pode proporcionar liquidez.

Para Ewald (2003, p. 11) “Planejamento Financeiro é fundamental para uma

Família que pretende ter as contas em dia e com isso levar uma vida sem estresse”.

Utilizando o orçamento doméstico que é considerado por Ewald (2003) o principal instrumento para a realização do planejamento financeiro ter-se-á controle dos ingressos e desembolsos da organização familiar.

Porém, para que o orçamento seja colocado em prática será necessária muita disciplina de todos os componentes da família, pois provocará mudanças em seus hábitos sendo preciso o envolvimento consciente de todos.

As prioridades devem ser bem definidas dentro da realidade de cada família, pois de nada adianta estabelecer prioridades que dificilmente serão cumpridas provocando com isso desmotivação entre os membros da família e comprometendo o resultado esperado. Por outro lado, metas óbvias de alcançar também geram problemas, pois se tem a ilusão de um falso progresso.

O planejamento tem por fim, montar uma estrutura completa de ação e recursos necessários a execução de uma atividade para atingir um objetivo já determinado. Para Ackoff *apud* Kwanicka (1981) planejamento é “O projeto de um estado futuro desejado e de meios efetivos para torná-lo realidade.”

### 3.2 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O ato de planejar é uma necessidade nas corporações, pois por meio das informações do passado e presente, os administradores podem realizar previsões e determinar metas concretas para a melhoria e desenvolvimento da empresa.

As empresas não têm como fugir das mudanças seja no aperfeiçoamento de seus produtos ou serviços, seja na melhoria contínua de seus processos. A empresa que hoje não mudar constantemente esta fadada a falência.

### 3.3 OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Nesta seção apresenta-se os objetivos que justificam a utilização de fluxos de caixa. Segundo Zdanowicz (2000), têm-se como objetivos principais do fluxo de caixa:

- A possibilidade da programação dos ingressos e desembolsos, permitindo a administração antecipada de recursos, no caso de perspectiva de carência de caixa para o cumprimento das obrigações.
- Apresentar de forma clara e objetiva a quantidade de recursos que estarão disponíveis, podendo ser aplicados de forma mais rentável.
- Financiamento de necessidades sazonais que possam surgir.
- Analisar empréstimos e financiamentos quando necessários, garantindo assim uma programação saudável de captação de recursos.

Uma vez entendido o porquê se deve utilizar o planejamento financeiro, passa-se para o fluxo de caixa projetado na seção seguinte.

### 3.4 FLUXO DE CAIXA PROJETADO

O fluxo de caixa ou orçamento de caixa projetado trata-se das entradas de caixa (ingressos) e saídas de caixa (desembolsos) resultando na obtenção do saldo positivo ou negativo. Portanto, a projeção do fluxo de caixa apresentará se a entidade terá caixa suficiente para liquidar suas obrigações em um dado momento ou se necessitará de financiamento para cobri-las, podendo-se verificar também se a entidade possuirá recursos para investimentos.

Para Hoji (2000, p. 161) “O orçamento de caixa pode ser elaborado por



períodos mais curtos e, nesse caso, ele é conhecido como previsão de caixa ou projeção de fluxo de caixa”.

Para Gitman (1997, p. 590):

O orçamento de caixa, projeção de caixa, é um demonstrativo dos fluxos das entradas e saídas projetadas de caixa da empresa, usado para estimar suas necessidades de caixa a curto prazo. A empresa dedica particular atenção ao planejamento de excedentes e faltas de caixa, pois poderá planejar investimentos a curto prazo (títulos negociáveis) se esperar sobra de recursos, ao passo que poderá se preparar com antecedência para obter financiamento em caso de falta de caixa.

Todavia para a entidade usufruir todos os objetivos disponibilizados pela projeção do fluxo de caixa como ferramenta de sua manutenção, ou seja, o fluxo de caixa utiliza informações que modificam diariamente, como pagamentos a terceiros, recebimentos de vendas ou serviços prestados, necessita-se fazer o controle desses dados diariamente.

Contudo apesar do fluxo de caixa ainda não ser uma demonstração obrigatória no Brasil sua projeção produz informações de extrema necessidade para a entidade que privilegia-se de sua utilização. A seguir como realizar planejamento financeiro familiar e se possível.

### 3.5 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Como uma necessidade que surgiu nas empresas e instituições públicas o planejamento está migrando para o dia-a-dia do cidadão comum. Com o custo de vida aumentando e a remuneração de grande parte da população não acompanhando esta elevação. O planejamento financeiro familiar se faz necessário para enquadrar as famílias numa posição tranquila para casos de imprevistos.

### 3.5.1 Objetivos da entidade pessoa física ou doméstica

Para fins de planejamento financeiro, Luquet (2003) destaca a necessidade de determinação dos objetivos da entidade doméstica da seguinte forma:

- Objetivos de curto prazo – expectativa de até um ano;

Os investimentos de curto prazo destinam-se a realização de um fundo de emergência, para financiar férias, entre outros objetivos.

- Objetivos de médio prazo – expectativa de um a cinco anos;

Os investimentos de médio prazo destinam-se a aquisição de algum bem, ou seja, imóvel, carro, etc.

- Objetivos de longo prazo – expectativa acima de cinco anos;

Os investimentos de longo prazo contemplam por exemplo, a obtenção de um plano complementar de aposentadoria, reserva para pagamento da faculdade dos filhos, entre outros.

Portanto os objetivos poderão ser classificados em duas categorias: preservação e aumento de capital. (LUQUET, 2003).

Observa-se que os objetivos são bem claros e definidos, o que se precisa é investir algum tempo para organizar-se, uma vez organizado passasse manutenção apenas.

### 3.5.2 Finanças Pessoais

Nesta seção apresenta-se o que venha a ser finanças pessoais, Segundo Hayes (2004, p. 9-10), finanças empresariais:

Tratam basicamente de obtenção e alocação de recursos – de como uma

empresa desenvolve a tarefa de financiar os ativos de que precisa para administrar os negócios e de como esses ativos podem ser usados da melhor maneira possível.

Adaptando o pensamento de Hayer as finanças pessoais pode-se dizer que se trata das receitas e despesas – de como as pessoas empregam seus recursos financeiros adquiridos em prol do aumento do ativo.

Assim como as empresas, as pessoas têm objetivos, e são esses objetivos que norteiam o controle dos gastos e investimentos da entidade.

Entretanto, para os brasileiros este é um assunto relativamente novo, pois só nos últimos anos com a estabilidade econômica é que as pessoas/famílias estão se voltando à necessidade de se planejar e organizarem um orçamento. Silva (2004) afirma que neste orçamento é importante identificar os ralos por onde escoam o preciso dinheiro.

### **3.5.3 Modelos de Planejamento Familiar**

Nesta seção busca-se na literatura potenciais modelos de planejamento familiar, em não se encontrando adaptou do planejamento empresarial para a entidade de pessoa física ou doméstica.

As principais ferramentas que serão utilizadas serão a do fluxo de caixa, para se monitorar as entradas e saídas de dinheiro. E o Balanço Patrimonial para mostrar o patrimônio real da entidade.

O fluxo de caixa para SANTOS (2007), “é a demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro”. PEREIRA (p.183, 2003) reforça da importância de se fazer o planejamento antes de se começar o período a ser controlado, pois caso contrário estará fazendo apenas “*contabilidade de gastos já realizados*”.

Para se montar o fluxo de caixa devesse fazer uma lista com todas as receitas e despesas de que a entidade, ira ter no período a ser planejado. Devem-se separar as despesas em categorias, nestas categorias devem ser colocadas as despesas de mesma natureza, a fim de facilitar a análise dos relatórios posteriores. Segue abaixo um pequeno exemplo de como podem ser montado estas categorias e despesas:

- Habitação: taxa de condomínio, luz, água, IPTU, gás, empregados domésticos, etc.;
- Saúde: Médicos, plano de saúde, dentista, remédios, academia, etc.;
- Transportes: táxi, ônibus, passagens aéreas, gasolina, mecânico, IPVA, etc.;
- Educação: faculdade, colégio, cursos, aula de idiomas, etc.;
- Investimentos: poupança, ações, fundos de renda fixa/variável, etc.;
- Impostos sobre a Renda: Imposto de Renda, Contribuição Social, etc.;

De acordo com a Istoé Dinheiro *apud* Max Blue as despesas da casa não podem ultrapassar o seguinte planejamento: Transporte (20%), saúde (5%), vestuário (10%), alimentação (15%), moradia (25%), lazer (10%) e investimentos (15%).

## 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O processo de pesquisa envolve precisamente teoria e realidade (prática), em processo de pesquisa procura-se melhorar, aperfeiçoar determinado assunto científico, na monografia procura-se aprofundar em apenas um tema.

Segundo Richardson (1999, p. 22): Método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo.

Para Beuren (2003, p. 54): “O rigor científico da pesquisa e a qualidade dos resultados do estudo dependem da correta definição dos métodos e procedimentos a serem adotados para a observação e coleta dos dados, a mensuração das variáveis e as técnicas de análise dos dados”.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta etapa é complexa para ser definido, segundo Beuren et al (2003, p. 78 e 79) alguns autores definem que a tipologia (metodologia) de pesquisas não tem agrupamentos (Bruyne et al (1977), Cervo e Bervian (1983), Demo (1985), Triviños (1987) e Gil (1999)). Já outros autores (Andrade (2002) Vergara (1997) e Santos (1999)) definem que a tipologia (metodologia) de pesquisa tem agrupamentos. Como os autores não identificaram uma estrutura única, neste trabalho nos fundamentamos.

Observa-se que a autora (Beuren, 2003) se enquadra mais na visão de Santos (1999), Andrade (2002) e Vergara (1997), ou seja, a tipologia por meio de delineamentos de pesquisas com agrupamentos.

Segundo Beuren (2003, p. 79) existem vários tipos de pesquisas aplicáveis à contabilidade, já que esta pertence às ciências sociais. A autora recomenda três categorias, mas neste trabalho iremos acrescentar uma outra categoria entendendo

que o conjunto seria mais adequado à contabilidade quanto a:

- Natureza da pesquisa: Geral ou aplicada;
- Atendimento dos objetivos: Pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas;
- Procedimentos: Estudo de caso, levantamento, bibliográfica, documental, participante e experimental;
- Abordagem do problema: pesquisa qualitativa e quantitativa

Quanto a natureza esta pesquisa é do tipo aplicada, pois sua característica fundamental é o interesse na aplicação, utilização dos resultados práticos dos conhecimentos obtidos.

Quanto aos meios é uma pesquisa de campo que, conforme Vergara (2000, p. 47-48):

Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Também é uma pesquisa do tipo bibliográfica, pois sua fundamentação se deu por meio de material já existente e publicado como livros e artigos científicos.

Segundo Cervo e Bervian (1983, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 86) a pesquisa bibliográfica:

(...) explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Conforme Santos (1999, apud RAUPP e BEUREN, 2003), quanto aos objetivos esta pesquisa é do tipo exploratória pois foi realizada em área onde há

pouco conhecimento acumulado e sistematizado e descritiva, já que expõe características de determinado fenômeno podendo ou não estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.

Quanto aos procedimentos de coleta a pesquisa é do tipo estudo de caso e pesquisa qualitativa.

Richardson (1999, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 91) menciona que:

(...) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

## 4.2 ESTUDO DE CASO

É estudo de caso por aprofundar seus conhecimentos a respeito de um caso específico, sendo importante para a compreensão dos fenômenos sociais complexos.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 84) afirmam que:

(...) o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Yin (2002, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 84), corrobora tal questão enfatizando que o estudo de caso:

(...) permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Em Barros e Lehfeld (2000) eles afirmam que:

Chizzotti, em sua obra de pesquisa em ciências humanas e sociais (1991), caracteriza o estudo como uma modalidade de estudo nas ciências sociais, que se volta à coleta e a ao registro de informações sobre um ou vários casos particularizados, elaborando relatórios críticos organizados e avaliados, dando margem a decisões e intervenções sobre o objeto escolhido para a investigação.

O estudo de caso ira avaliar um casal de classe média, assalariados. A partir de questionários será montado um balanço patrimonial e planilhas das receitas e despesas. Com base nestes dados será sugerido um novo orçamento familiar, a fim de atender as necessidades e objetivos pretendidos pelo casal.

### 4.3 UNIDADE DE ANÁLISE

A pesquisa terá objetivo de gerar aplicação pratica de caráter qualitativo e exploratório onde visa mostrar por meio de um estudo de caso as diferenças que podem gerar no pagamento anual da DIRPF.

#### 4.3.1 Caracterização da Entidade

A unidade de análise desta pesquisa foram duas famílias consideradas de classe média.

Ludícibus e Marion (2002, p. 58) e Marion (p.25, 1998) afirmam que a entidade pode ser pessoas físicas e jurídicas (privadas e públicas):



Com dados obtidos junto às famílias selecionadas realizou-se um levantamento de sua situação econômico-financeira, bem como um estudo de sua gestão familiar a fim de verificar sua situação patrimonial em um determinado período, neste caso específico, nos meses de março e abril de 2007. E será projetado os gastos e receitas para os meses restantes do ano juntamente com os meses de janeiro e fevereiro.

#### **4.3.2 Instrumentos**

Para realizar o estudo de caso, será necessária a formulação e utilização de questionários por meio de entrevistas. Pesquisas de material em meio digital e impresso.

#### **4.3.3 Procedimentos Metodológicos**

O enfoque do desenvolvimento da metodologia de educação financeira está centrado nas seguintes etapas:

##### **A. Diagnóstico**

- Na definição dos objetivos a serem alcançados no processo de educação financeira
- Na identificação dos recursos patrimoniais;
- No levantamento orçamentário;

##### **B. Desenvolvimento**

- Na elaboração de ferramenta específica para as necessidades da

entidade;

- Orientações para utilização da ferramenta,
- Mudança de comportamento

#### C. Feedback

- Orientações para acompanhamento e análise dos resultados;
- Revisão dos objetivos

Ao fim, da montagem das planilhas será feita uma verificação para avaliar se essas em utilização estarão de acordo com os objetivos propostos com o trabalho.

## **5 APLICAÇÃO PRÁTICA**

O presente capítulo tem o propósito de apresentar ou de demonstrar os conhecimentos teóricos de por meio de uma aplicação prática.

### **5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Nesta seção apresentam-se os dois casais que participarão da aplicação prática de planejar-se a pagar menos imposto de renda na declaração de ajuste anual de Imposto de Renda Pessoa Física.

#### **5.1.1 Casal 1**

A primeira família é composta pelo casal em seu segundo casamento onde cada cônjuge possui 2 filhos do primeiro casamento. Nenhum filho reside com o casal. Porém um dos filhos se encontra cursando ensino superior e recebe auxílio financeiro. A esposa possui uma empresa de prestação de serviço de consultoria. E o marido é funcionário público de uma instituição de ensino superior e ministra palestras como complemento de renda.

As fontes de recebimentos realizados em 2006 estão listadas no Quadro 2 a seguir:

Fonte	CGC	Rend. Rec. Pessoa Jurídica	Contr. Prev. Oficial	Imposto na fonte	13º Salário
Universidade 1	11.111.111/1111-11	93.344,38	0,00	25.055,11	4.844,19
Ins. Tec. Dês. Eco. e Soc.	22.222.222/2222-22	3.000,00	330,00	23,36	0,00
Universidade 2	33.333.333/3333-33	1.040,00	0,00	0,00	0,00
Fund. de Apoio a EPDCT da UTFPR	44.444.444/4444-44	500,00	55,00	0,00	0,00
Empresa 7	88.888.888/8888-88	4.050,00	0,00	0,00	0,00
	Total				

QUADRO 2 – FONTES DE RECEBIMENTO CASAL 1

Fonte: Autor.

O casal não possui dependentes registrados na IRPF/2006, por isso os seus gastos com a educação de ensino superior do filho no valor de R\$ 5.672,20 não poderá ser deduzido para abater do imposto devido.

Os pagamentos e doações realizados em 2006 estão listados no Quadro 3 a seguir.

Pagamento e doações	CNPJ / CPF	Vlr Pago	Vlr Não dedutível /Reembolsado
APUFSC	01.010.010/0101-01	9.975,50	0,00

QUADRO 3 – RELAÇÃO DE PAGAMENTO E DOAÇÕES DO CASAL 1

Fonte: Autor.

Os bens e direitos cadastrados na IRPF/2006 podem ser observados no Quadro 4 a seguir.

Bens e Direitos	Valor em 2005	Valor 206
Apartamento (1)	40.000,00	40.000,00
Apartamento (2)	130.000,00	130.000,00
Casa	180.000,00	180.000,00
Caderneta de Poupança	58.000,00	57.209,83
Conta Banco Brasil	12.000,00	1.500,71
Novo Corsa (2005)	30.000,00	30.000,00
Ações Telefone	200,00	200,00
Corsa (2002)	20.000,00	0,00
Astra 2006	0,00	45.000,00
Total	470.200,00	471.910,54

QUADRO 4 – RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO CASAL 1

Fonte: Autor.

Ônus ou dívidas registradas na IRPF/2006 podem ser observados no

Quadro 5 a seguir.

<b>Ônus ou dívidas</b>	<b>Valor em 2005</b>	<b>Valor 206</b>
Div. Referente ao Novo Corsa	9.000,00	0,00

QUADRO 5 – RELAÇÃO DE ÔNUS OU DIVIDAS DO CASAL 1

Fonte: Autor.

A seguir apresenta-se o casal 2 participante no presente trabalho de conclusão de curso.

### 5.1.2 Casal 2

O casal constitui-se de dois empresários, o marido se encontra no segundo casamento, de onde possui dois filhos maiores de 24 anos. Esta nova união resultou em um filho, hoje, com 10 anos de idade o qual se encontra como dependente do pai.

As fontes de recebimentos realizados em 2006 estão listadas no Quadro 6 a seguir:

<b>Fonte</b>	<b>CGC</b>	<b>Rend. Rec. Pes. Jurídica</b>	<b>Contr. Prev. Oficial</b>	<b>Imposto na fonte</b>
Empresa 1	55.555.555/5555-55	33.219,79	0,00	2.206,89
Empresa 2	66.666.666/6666-66	4.050,00		1.043,69
Empresa 3	77.777.777/7777-77	8.100,00		0,00
Rec. Pessoa Física		11.300,00		
	<b>Total</b>	<b>56.669,79</b>		<b>3.250,58</b>

QUADRO 6 – FONTES DE RECEBIMENTO CASAL 2

Fonte: Autor.

A relação de dependentes registrados na IRPF/2006 estão listados no Quadro 6 a seguir.

<b>Nome</b>	<b>Grau</b>	<b>Data de Nascimento</b>
Fulano Junior	1º	15/07/1996

QUADRO 7 – RELAÇÃO DE DEPENDENTES DO CASAL 2

Fonte: Autor.

Os pagamentos e doações realizados em 2006 estão listados no Quadro 8

a seguir.

<b>Pagamento e doações</b>	<b>CNPJ / CPF</b>	<b>Vlr Pago</b>	<b>Vlr Não dedutível /Reembolsado</b>
Colégio 1	66.666.666/6666-80	6.000,00	

QUADRO 8 – RELAÇÃO DE PAGAMENTO E DOAÇÕES DO CASAL 2

Fonte: Autor.

Os bens e direitos cadastrados na IRPF/2006 podem ser observados no Quadro 9 a seguir.

<b>Bens e Direitos</b>	<b>Valor em 2005</b>	<b>Valor 2006</b>
Apt. Centro (1)	87.590,00	87.590,00
Apt. Centro (2)	145.000,00	145.000,00
Veiculo Clio Hatch 2003	26.437,21	26.437,21
3600 quotas capital empresa 2	9.281,29	9.281,29
Capital empresa 1	165.000,00	165.000,00
2000 quotas capital empresa 3	2.000,00	2.000,00
Disponibilidade em caixa	43.500,00	2.800,00
Titulo Capitalização	1.599,98	203,68
Aplicação Renda Fixa	28.995,44	10.738,25
Terreno Palhoça (vendido)	30.141,42	0,00
Poupança e Letras Hipotecárias	0,00	2,53
Fund. Invest. (recebido do pai)	0,00	631.988,21
Poupança	0,00	68,44
Titulo capitalização banco 2	0,00	3.269,22
Conta Corrente banco 1	0,00	8,69
CDB banco 2	0,00	19.000,00
Poupança banco 2	378,20	647,82
Conta Corrente banco 2	1.963,12	10,00
Plano Prev. VGBL B. banco 2	526,99	1,00
Dinheiro em mãos	0,00	5.350,00
<b>Total</b>	<b>542.413,65</b>	<b>1.109.423,34</b>

QUADRO 9 – RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO CASAL 2

Fonte: Autor.

O casal 2 não possui qualquer ônus ou dívidas registradas na IRPF/2006.

A seguir o fluxo de caixa projetado para 2007.

## 5.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

A presente seção apresentará mecanismo lícitos (elisão fiscal) de se pagar menos imposto de renda, fazendo com que os fluxos financeiros a ser apresentados na próxima seção não fiquem prejudicados.

O decreto 3000/99 afirma em seu art. 80 que podem ser deduzidos da declaração de rendimentos os pagamentos de despesas médicas como:

(...) médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.

E o decreto no seu art. 81 informa que as despesas com:

(...) estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes(...)

O seu art. 82 fala da possibilidade de dedução dos valores pagos aos Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) ou previdência privada limitados a 12% da receita bruta.

### Fluxo de caixa projetado

Nesta seção apresenta-se os fluxos de caixa projetado conforme fundamentado na capítulo 3.

#### 5.2.1 Casal 1

Nesta seção apresenta-se o fluxo de caixa de ingressos e saídas mensal, referente ao exercício de 2007, como se visualiza no Quadro 10 a seguir que está

divida por 1000 (um mil reais).

Contas	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ingressos												
Salários	7,80	7,80	7,80	7,80	8,17	8,17	8,17	8,17	8,17	8,17	8,17	12,97
Dividendos	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70
Outros ingressos	0,40	0,86	1,00	0,20	0,30	1,00	0,85	0,56	0,48	1,20	0,50	0,30
Total de ingressos	10,90	11,36	11,50	10,70	8,47	11,17	11,72	11,45	11,35	12,07	11,37	11,17
Saídas												
Inss	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Instrução												
Desp. Médicas	0,85	0,80	0,82	1,00	0,83	0,81	1,00	0,84	0,83	1,11	0,82	0,83
Inss domestica												
Previdência complementar												
Doações												
IR pago	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08
Outras saídas	5,50	5,60	5,20	5,80	5,40	5,30	5,10	5,05	5,40	5,60	5,20	7,30
Total de Saídas	8,46	8,51	8,13	8,91	8,34	8,22	8,21	8,00	8,34	8,82	8,13	10,24

QUADRO 10 – FLUXO DE CAIXA PROJETADO DO CASAL 1

Fonte: Autor.

A seguir apresenta-se o mesmo com o casal 2.

## 5.2.2 Casal 2

Nesta seção apresenta-se o fluxo de caixa de ingressos e saídas mensal, referente ao exercício de 2007, como se visualiza-se no Quadro 11 a seguir que está divida por 1000 (um mil reais).

Contas	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ingressos												
Salários	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78	3,78
Dividendos	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70
Outros ingressos		1,50	2,00	0,60		2,00	0,50	1,60	1,20		1,00	1,5
Total de ingressos	8,48	9,98	10,48	9,08	8,48	10,48	8,98	10,08	9,68	8,48	9,48	9,98
Saídas												
Inss	0,35	0,35	0,35	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37
Instrução	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Desp. Médicas	0,30	0,30	0,50	0,30	0,40	0,30	0,30	0,30	0,50	0,50	0,30	0,30
Inss Domestica												
Previdência complementar												
Doações												
IR Pago	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27
Outras saídas	7,00	7,10	6,80	7,00	7,00	7,25	7,20	7,00	7,10	7,00	7,20	8,00
Total de Saídas	8,42	8,52	8,42	8,44	8,54	9,06	8,64	8,44	8,74	8,64	8,64	9,44

QUADRO 11 – FLUXO DE CAIXA PROJETADO DO CASAL 2



Fonte: Autor.

As outras saídas se referem as demais despesas efetuadas pelo casal, porém como não são passíveis de dedução foram concentradas no grupo outras saídas.

A seguir apresenta-se uma análise dos resultados encontrados na aplicação prática.

### 5.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Verificou-se que com o planejamento tributário o contribuinte irá recolher um valor justo do imposto. Pois além de preparar a documentação e os dados para o preenchimento do IRPF, permite que ele visualize as despesas realmente dedutíveis a fim de se beneficiar destes gastos com as deduções.

Além disso, permite a entidade que simule a melhor forma de fazer a sua declaração seja ela isenta, simplificada ou completa. Se os cônjuges podem fazer juntos ou separados.

#### 5.3.1 Casal 1

Nos casos apresentados neste trabalho, verificou-se que no casal 1 é melhor fazer a declaração em separado, pois a tabela do IR não adapta os valores no caso da declaração em conjunto.

No caso do marido temos a seguinte situação:

Simplificada		Completa	
Receita tributável total	95,30	Receita tributável total	95,30
Desconto simplificada	11,67	Despesas dedutíveis	10,54
Base de Calculo	83,63	Base de Calculo	84,76
IR a pagar	16,70	IR a pagar	17,01
IR pago	25,06	IR pago	25,06
Saldo a Restituir	8,36	Saldo a Restituir	8,05

QUADRO 12 - COMPARATIVO DECLARAÇÃO MARIDO CASAL 1

Fonte: Autor

Conclui-se com os dados da tabela acima de que é melhor para o marido optar pela declaração simplificada, onde permite a ele restituir R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) a mais do que se fosse optar pela declaração completa.

Com base nos dados da esposa temos que a sua receita bruta tributável é de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), o que a deixa na faixa de rendimento isento ao pagamento do IR, porém é necessário fazer a sua declaração pois ela é responsável por uma empresa.

### 5.3.2 Casal 2

O casal 2 também é aconselhável realizar a declaração em separado. Os dados referente a situação do marido são:

Simplificada		Completa	
Receita tributável total	43,13	Receita tributável total	43,13
Desconto simplificada	8,63	Despesas dedutíveis	15,03
Base de Calculo	34,50	Base de Calculo	28,10
IR a pagar	3,19	IR a pagar	1,86
IR pago	3,24	IR pago	3,24
Saldo a Restituir	0,05	Saldo a Restituir	1,38

QUADRO 13 - COMPARATIVO DECLARAÇÃO MARIDO CASAL 2

Fonte: Autor

Com os referidos dados apurados verificou-se que é preferível ao marido

optar pela declaração completa onde conseguirá restituir R\$ 1.330,00 (mil trezentos e trinta reais) a mais do que se optar pela declaração simplificada.

A esposa do casal 2 apresenta um rendimento de R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais), porém após tanto aplicar os valores das despesas dedutíveis pela declaração completa quanto pelo desconto da simplificada sua base de calculo entra na faixa de rendimento isento para o pagamento do IR. Mas assim como a esposa do casal 1 é necessário fazer a declaração por ser responsável por uma empresa.

Sendo assim, verificou-se que as hipóteses deste trabalho foram alcançadas, tanto o de que as pessoas físicas ao gerirem suas finanças pessoais podem sim ter um menor desembolso na sua declaração de ajuste anual de imposto de renda e assim proporcionar uma maior utilização de seus recursos.

Quanto a criação de um procedimento (ferramentas) de execução da atividade pode gerar muito trabalho inviabilizando o controle pela própria entidade (pessoa física). Gerando a necessidade de se desenvolver um programa (banco de dados) específico para facilitar a inserção dos dados e realizar a extração de relatórios. Mas isso só se tornara realidade caso a pessoa física utilize o orçamento de maneira mais abrangente do que apenas o controle para pagamento do IRPF.

A seguir apresenta-se vantagens e desvantagens identificadas na aplicação prática.

#### 5.4 VANTAGENS E DESVANTAGENS

A presente seção destaca-se as vantagens e desvantagens da utilização do planejamento tributário e planejamento financeiro como forma de reduzir o montante de imposto pago, com se visualiza no Quadro 14.

<b>Descrição</b>	<b>Vantagem</b>	<b>Desvantagem</b>
Recolhimento justo do Imposto	X	X
Preparação da documentação para IRPF	X	
Identificar o que realmente é dedutível	X	

QUADRO 14 – VANTAGENS E DESVANTAGENS

Fonte: Autor.

A seguir apresenta-se as considerações finais do referido trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento se mostra mais uma vez como uma ferramenta poderosa, no momento em que se precisa antever os fatos. Por meio da sua estruturação é possível listar as variáveis do processo e montar cenários para identificação de possíveis problemas que poderão vir a surgir, facilitando assim a correção prévia das atividades deficitárias.

### 6.1 GENERALIDADES

Nesta seção apresenta-se a resolução ou não do trabalho, que tratava:

- Que etapas e instrumentos são necessários e, ou podem ser utilizados para compor uma metodologia de orientação para elaboração e administração do orçamento familiar?

Observou-se com a junção da fundamentação teórica e da parte da aplicação prática (seção 5.2 na página 46), no qual se mostrou perfeitamente possível por meio do planejamento e controle do orçamento, utilizando o fluxo de caixa como ferramenta de uma metodologia as pessoas físicas de administrarem seu orçamento familiar, portanto, houve uma resolução total do trabalho.

### 6.2 QUANTO AO ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS

Nesta seção resgatam-se os objetivos identificando o seu atendimento ou não frente ao problema parcialmente resolvido.

Quanto ao objetivo geral “Desenvolver uma procedimento de orientação para

elaboração da declaração do imposto de renda pessoa física – DIRPF por meio da gestão das finanças pessoais ou de orçamento familiar “ elaborou-se na seção 5.4 (na página 46), o fluxo de caixa projetado para o ano de 2007 onde se pode identificar preliminarmente o desembolso a ser efetuado com o pagamento do IRPF e a possibilidade de fazer modificações afim de contribuir para o menor desembolso.

Quanto aos objetivos específicos:

No primeiro objetivo específico tratou-se “Identificar as ferramentas para previsão orçamentária e fluxo de caixa” julga-se tê-lo atendo plenamente nos capítulos de fundamentação (capítulo 2 e 3).

Quanto ao segundo “Desenvolver coleta preliminar em campo das informações” especificamente no capítulo 4.

Os objetivos seguintes, terceiro, quarto e quinto “Propor uma sistematização de organização e fluxo ou controle orçamentário”, “Aplicar em um estudo de caso real” e “Identificar vantagens e desvantagens” respectivamente atendidos na elaboração do capítulo 5 de aplicação prática.

A seguir apresenta-se as limitações da pesquisa.

### 6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente seção apresenta-se algumas limitações no decorrer da realização do trabalho:

- \* Recurso tempo, para preparação e pesquisa de tema em profundidade;
- \* Acervo na biblioteca, demasiadamente reduzido ou inexistente;
- \* Materiais específicos sobre tema;

A seguir listam-se as recomendações para futuras pesquisas.

#### 6.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A presente seção apresenta-se algumas recomendações para futuras pesquisas:

- \* Desmembrar o TCC em dois ou três semestres, fazendo com que os alunos tenham tempo e de aprender a pesquisar;
- \* Aquisições de acervos para atualizar a biblioteca do campus;
- \* Recomenda-se realizar outros trabalhos em com novas entidades familiares para aprofundar sobre temas relevantes aos mesmos, de preferência com orientação de corpo de docentes.

O trabalho mostra o quão importante pode ser a utilização de um simples planejamento no âmbito das finanças pessoais, no caso específico, com o Imposto de Renda. Porém pode-se abrir muito mais o leque do planejamento para outros tipos de controle, como gastos com automóveis, manutenção da casa, etc.

Os desembolsos tratados no trabalho para abatimento no pagamento do IR representam uma visão superficial, necessitando para cada caso específico recorrer a legislação em vigor.

Verificou-se também que devido a entidade familiar, marido e mulher serem uma entidade aonde as receitas apesar de virem de fontes distintas as receitas são para benefício comum, dificultando a sua identificação de para qual ente ela o beneficia.

No caso, da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, seria interessante no caso das pessoas casadas a permissão de uma declaração unificada, não como a que hoje é permitida, porém é necessário que a tabela progressiva sofra alterações. Por exemplo, que ela tenha seus valores dobrados para atender a duas pessoas para estas entidades não serem punidas.

## REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. On Purposeful Systems. Chicago: Aldine – Atherton. (1981)

ARAUJO D. C. **Conceitos e Tipos de Contabilidade**. INESUL - Instituto de Ensino Superior de Londrina-PR.<<http://pessoal.sercomtel.com.br/carneiro/APOSTILABASICA.doc>>. Acesso em 10 de setembro de 2005.

BARROS, Adil Jesus da Silveira. LEHFELD, Neide. **Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, **Lei nº.4320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos “e balanços da União, dos Estados”<sup>1</sup>, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/legislacao/Lei4320\\_ultimaatul\\_22\\_01\\_02.PDF](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/legislacao/Lei4320_ultimaatul_22_01_02.PDF)>. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL, **Lei nº.9250**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9250.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2007.

BRASIL. Decreto 3.000. Diário Oficial da União. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em 15 abr 2007.

BRASIL, **Lei nº.11482/07**, de 31 de maio de 2007. Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nos 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei no 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11482.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11482.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2007.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais - os pólos da prática**. Metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1977

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CERVO. A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CLASON, George S. **O homem mais rico da Babilônia**. 17ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**, 1. ed. São Paulo, Atlas, 1995.



- D'ÁURIA, F. **Organização e contabilidade patrimonial** - doméstica. 21 v. São Paulo: São Paulo, 1958.
- EID JÚNIOR, W.; GARCIA, F. G. **Finanças pessoais**: como fazer o orçamento familiar. Publifolha, 2002.
- EWALD, L. C. **Sobrou dinheiro!**: lições de economia doméstica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- FABRETTI, Lúaudio Camargo; Dilene Ramos Fabretti. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- FACULDADES BOM JESUS. **Finanças empresariais/** Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. Disponível em <<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/gestao/financas.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2005.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. São Paulo: Campus, 1999
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 4ª ed, 1999.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- HAYES, S. L. **Finanças para gerentes**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HOJI, Masakazu. **Administração Financeira**: uma abordagem prática. 2ª ed. São Paulo, 2000.
- ISTO É DINHEIRO, **Questões de família**, Disponível em <[http://www.terra.com.br/istoedinheiro/264/seudinheiro/264\\_questoe\\_familia.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/264/seudinheiro/264_questoe_familia.htm)>. Acesso em 01 jun de 2007.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KEEFFE, Carol. **Faça o Maximo com o dinheiro que você já tem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- KYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre**. São Paulo: Campus, 2000.
- LATORRACA, Nilton. **Legislação Tributária**: Uma Introdução ao Planejamento Tributário. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- LEBOEUF, Michael. **Você Milionário** 10 Mandamentos para Ganhar Dinheiro e Ter Tempo para Aproveitá-lo. São Paulo: Campus, 2002

- LUGUET, Mara. **Tristezas Não Pagam Dívidas** - como domar seus credores e colocar as contas em dia. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LUQUET, M. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. 10 reimpressão. São Paulo: Globo, 2003.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6.ed. São Paulo. Atlas: 1998
- MIRANDA, Daniela. Apostila de Contabilidade Básica. Disponível em <<http://apostilas.netsaber.com.br/apostilas/929.doc>> . Acesso em 18 abr de 2007.
- NASAJON, Claudio. **Planeje-se** Um Plano Estratégico para a Felicidade Pessoal. São Paulo: Campus, 2003.
- Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa, 3.ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1999.
- LINHA de empréstimo em alta. Dataprev. O Dia. Disponível em: <[www.dataprev.gov.br/imprensa/dez2004.shtm](http://www.dataprev.gov.br/imprensa/dez2004.shtm)>. Acessado em 14 mar. 2007.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ORRÚ, Mussolini. **Contabilidade Geral: Fundamentos**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**. 4.ed. São Paulo. Atlas: 2000
- PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro** - como fazer dinheiro e desfrutar dele. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- PORTAL DA CONTABILIDADE. **Glossário de termos contábeis**. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario.htm>> . Acesso em 18 abr de 2007.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil: para cursos de contabilidade e concursos em geral**. 2.ed. São Paulo. Saraiva: 1999
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Ivan. **Fluxo de Caixa Financeiros**. Disponível em <<http://www.ivansantos.com.br/fluxo.htm>>. Acesso em 01 jun de 2007.
- SANTOS, J.A., PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1999.
- SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais** – Uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2002.